



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MELINA RUSANSKY**

**SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES EMERGENTES DO BRASIL: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES FISCAIS E DE GOVERNANÇA**

**FLORIANÓPOLIS  
2018**

**MELINA RUSANSKY**

**SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES EMERGENTES DO BRASIL: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES FISCAIS E DE GOVERNANÇA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Hans Michael Van Bellen.  
Coorientadora: Ma. Alessandra Rodrigues Machado de Araujo.

**FLORIANÓPOLIS  
2018**

## RESUMO

RUSANSKY, Melina. **Sustentabilidade das cidades emergentes do Brasil: uma análise comparativa dos indicadores fiscais e de governança**. 52 fls. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo tem como objetivo analisar o desempenho em termos de sustentabilidade, da dimensão fiscal e de governança, das cidades que compõem a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) no Brasil, por meio da utilização de indicadores. Foi realizada uma pesquisa com natureza descritiva, com abordagem do problema predominantemente qualitativa e coleta de dados secundários, por meio da Rede Ver a Cidade, onde a ICES disponibiliza o resultado dos indicadores para cada cidade. Os resultados mostraram que o indicador com melhor desempenho foi o de Existência de Sistemas de Aquisições Eletrônicos e o indicador com pior desempenho foi o de Receita Própria como Porcentagem da Receita Total. Quanto às cidades, João Pessoa teve o melhor nível de sustentabilidade, enquanto que Goiânia, o pior. Também foi possível observar a falta de divulgação de certos indicadores para algumas cidades, ou a divulgação incompleta, limitando, deste modo, a comparação entre as cidades.

Palavras chave: Sustentabilidade fiscal e de governança, Indicadores de sustentabilidade, Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Existência de um orçamento plurianual

Gráfico 2 - Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho

Gráfico 3 - Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal

Gráfico 4 - Existência de sistemas de aquisições eletrônicos

Gráfico 5 - Índice de transparência

Gráfico 6 - Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas

Gráfico 7 - Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros

Gráfico 8 - Receita própria como porcentagem da receita total

Gráfico 9 - Transferências totais como porcentagem da receita total

Gráfico 10 - Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências

Gráfico 11 - Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total

Gráfico 12 - Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais

Gráfico 13 - Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados

Gráfico 14 - Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento

Gráfico 15 - Gastos correntes como porcentagem do total de gastos

Gráfico 16 - Despesas de capital como porcentagem do total de gastos

Gráfico 17 - Taxa média de crescimento anual do gasto corrente

Gráfico 18 - Coerência entre orçamento e planejamento, seus objetivos e indicadores

Gráfico 19 - Passivos contingentes como porcentagem da receita própria

Gráfico 20 - Coeficiente do serviço da dívida

Gráfico 21 - Crescimento da dívida

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Semaforização

Tabela 2 – Ranking

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ALC – America Latina e Caribe

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 OBJETIVOS .....	10
1.1.1 Objetivo geral .....	10
1.1.2 Objetivos específicos .....	11
1.2 JUSTIFICATIVA .....	11
1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	12
1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1 CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	13
2.2 SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA FISCAL E DE GOVERNANÇA .....	15
2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE .....	18
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	21
3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS .....	21
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	22
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>23</b>
4.1 Existência de um orçamento plurianual .....	23
4.2 Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho .....	24
4.3 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal .....	25
4.4 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos .....	26
4.5 Índice de transparência .....	27
4.6 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas .....	28
4.7 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros .....	29
4.8 Receita própria como porcentagem da receita total .....	30
4.9 Transferências totais como porcentagem da receita total .....	31
4.10 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências .....	32
4.11 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total .....	33
4.12 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais .....	34
4.13 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados .....	35
4.14 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento .....	36

4.15 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos.....	37
4.16 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos.....	38
4.17 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente .....	39
4.18 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores .....	40
4.19 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria .....	41
4.20 Coeficiente do serviço da dívida.....	42
4.21 Crescimento da dívida.....	43
4.22 Análise Conjunta.....	44
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>47</b>
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	48
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	48
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A década de setenta marca o início da preocupação com problemas ambientais, consequentes do desenvolvimento econômico e industrial das nações mais abastadas, vistos os desastres que haviam ocorrido até então, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial. Entre os anos de 1960 e 1980 ocorreram desastres ambientais, por exemplo, no Japão, o da Baía de Minamata; na Índia, o acidente de Bhopal; na antiga União Soviética, o acidente na usina nuclear de Chernobyl; e nos Estados Unidos, o vazamento de petróleo da Exxon Valdez. Como apontado por Van Bellen (2005), esses acontecimentos iniciaram o processo de conscientização em relação aos problemas ambientais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi uma das principais instituições a trazer à tona as discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU publicou o Relatório de Brundtland, que evidencia o conflito entre os padrões de produção e consumo atuais e o desenvolvimento que vem se mantendo com o tempo. Em 1992, foi realizada a Agenda 21 no Rio 92, na tentativa de promover um novo padrão de desenvolvimento. Em 2002, ocorreu a Rio +10, com o objetivo de, além de discutir aquilo que se tinha iniciado na Agenda 21, aproximar os cidadãos ao projeto. Em 2012, realizou-se a Rio + 20, onde se debateu a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e a questão de governança ambiental.

Desenvolvimento sustentável, segundo a *World Commission on Environment and Development* (1987) é uma forma de desenvolvimento que, sem comprometer as necessidades de gerações futuras, atende as necessidades das gerações atuais. Cunda (2013) traz uma visão multidimensional da sustentabilidade: o autor afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável não se baseia apenas em aspectos econômicos, sociais e ambientais, mas também no aspecto fiscal. As falhas são apontadas por Santos (2004), quando afirma que a América Latina, e particularmente o Brasil, carecem de instrumentos econômicos para gestão ambiental e falha de coordenação entre autoridades ambientais e fiscais, o que limita o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto de desenvolvimento sustentável, tornam-se necessárias políticas públicas sustentáveis, por meio de uma gestão pública mais inovadora, surgindo assim a questão da Governança (BUSSOLOTTO, 2015). O autor traz ainda, que há uma mudança na agenda da gestão pública por conta das crescentes preocupações com o meio ambiente. A

importância da governança sustentável é apontada por Carvalho (2017) ao mostrar que para que o meio ambiente seja administrado e se conduza o futuro da espécie humana, é necessária a governança.

Considerando tais tendências, em 2010 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) criou o programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) com o objetivo de apoiar as cidades emergentes, ou seja, de porte médio, da América Latina e Caribe (ALC) no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, urbana, fiscal e da governança. “Entre 2010 e 2011, a Iniciativa elaborou uma metodologia de aplicação e diagnóstico rápidos que orienta as cidades a formular e implementar planos de ação para a sua sustentabilidade” (GUIA METODOLÓGICO ICES, 2014, p. 02).

Conforme Portney (2003), mesmo que pareça irracional pensar geograficamente de forma mais restrita, no contexto internacional, tem-se utilizado o desenvolvimento sustentável com foco no nível local. As cidades médias da ALC, ou seja, que têm entre 100.000 e 2.000.000 de habitantes, são as cidades mais desafiadoras para a sustentabilidade urbana, pois elas têm índices mais altos de crescimento demográfico e econômico em termos relativos (GUIA METODOLÓGICO ICES, 2014).

Diante do cenário de busca de desenvolvimento, não só ambiental, mas também econômico, social, e principalmente neste estudo, fiscal e de governança, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o desempenho em termos de sustentabilidade, na dimensão fiscal e de governança, das cidades que compõem a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis?

## 1.1 OBJETIVOS

A seguir são traçados o objetivo geral e específicos da pesquisa, com o fim de se chegar à resposta para a questão problema.

### 1.1.1 Objetivo geral

A partir da pergunta de pesquisa, definiu-se como objetivo geral: Analisar o desempenho em termos de sustentabilidade, da dimensão fiscal e de governança, das cidades que compõem a ICES no Brasil.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Definiram-se os seguintes objetivos específicos para este trabalho:

- Contextualizar a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável, com foco na sustentabilidade fiscal e de governança por meio de indicadores de sustentabilidade;
- Coletar e sistematizar os indicadores fiscais e de governança da ICES;
- Analisar comparativamente os indicadores de cada uma das cinco cidades que compõem a ICES no Brasil.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho traz a questão do desenvolvimento sustentável não só na perspectiva ambiental, mas, também, na perspectiva fiscal e de governança, que apesar de ser pouco discutida, é fundamental. Segundo Santos (2004), sem sustentabilidade fiscal não existe nenhum tipo de desenvolvimento. Isso mostra que o desenvolvimento como um todo depende, em alguma medida, da sustentabilidade fiscal.

Santos (2004) mostra que há uma lacuna, segundo ele um “hiato”, entre a aspiração e a realização de políticas ambientais na América Latina, e no Brasil especificamente. Os motivos para esse “hiato”, segundo o autor, são principalmente a ineficácia das intervenções públicas que evitem impactos ambientais provenientes de desastres naturais e a falta de instrumentos para a coordenação das políticas fiscais e ambientais. Neste trabalho esta lacuna será analisada por meio dos indicadores, especificamente fiscais e de governança, e será feita uma comparação entre as cidades participantes da ICES.

Carvalho (2017) aponta que é fundamental para a governança ambiental que exista uma estrutura institucional de ação de governança, por meio de governos, de ONGs e do setor privado. A ICES pode representar uma dessas estruturas necessárias para a governança ambiental e este trabalho se baseia nas informações dessa “estrutura” e possibilita o entendimento da dimensão de governança na sustentabilidade de cidades emergentes no Brasil.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa focou em comparar e analisar apenas as cinco cidades emergentes do Brasil que fazem parte da ICES. Essa comparação e análise ocorreram dentro do escopo fiscal e de governança do tema de desenvolvimento sustentável.

### 1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa se divide em cinco capítulos: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos resultados e conclusão.

Na introdução foram apontados o contexto geral do tema, o objetivo geral, o objetivo específico, a justificativa da realização do trabalho e as delimitações do estudo.

No referencial teórico são tratados a crise ambiental, o desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade e a sustentabilidade na perspectiva fiscal e de governança.

Nos procedimentos metodológicos mostram-se a classificação da pesquisa, os instrumentos utilizados e o levantamento da amostra.

Na apresentação e análise dos resultados evidenciam-se o levantamento dos dados obtidos, as ferramentas utilizadas, a análise e comparação dos resultados verificados, com o uso de gráficos e quadros.

E por fim, são mostradas as conclusões, além de recomendações para futuros trabalhos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, são feitas reflexões acerca da crise ambiental e desenvolvimento sustentável, assim como da importância da sustentabilidade no escopo fiscal e de governança e a discussão dos indicadores de sustentabilidade.

### 2.1 CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Oliveira (2016, p. 112), “Vive-se atualmente uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, caracterizada, sobretudo, por mudanças climáticas, aumento da poluição e escassez de recursos naturais”. Van Bellen (2013) trata a crise não apenas como ambiental, mas também como social, ao colocar o homem como parte da natureza.

Como mostra Kohn (1994), haverá um comprometimento rápido das atividades econômicas essenciais à sociedade se forem mantidos os índices de crescimento populacional e a qualidade e distribuição do espaço produtivo de hoje. Assim, o abastecimento se tornará política e fisicamente inviável. O autor traz como necessidade a revisão das estruturas produtivas, os valores, comportamentos e padrões básicos de desempenho.

Segundo Capra (1996), os principais problemas ambientais não podem ser entendidos de maneira isolada, já que são problemas sistêmicos, ou seja, interligados e interdependentes. O autor não trata cada problema ambiental como um tipo de crise, mas os trata como aspectos dentro de uma única crise: a crise de percepção.

Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado (CAPRA, 1996, p. 14).

Chacon (2003) mostra a crise ambiental como um processo em que se transforma a natureza em recurso natural e o homem em recurso humano, por meio do aumento da população e da urbanização, pela mudança da noção de distância e pelo poderio do mercado. “A crise ambiental é também uma crise de percepção que coloca em dúvida todo o processo civilizatório vivido até aqui” (CHACON, 2003, p.74).

Lerma (2005), ao invés de mostrar a crise ambiental como algo adicional aos conflitos sociais, aborda a questão pelo viés do conflito decorrente pelas relações de produção.

Enquanto isso, Copetti e Lottermann (2010, p. 135) sugerem que “esta crise foi, de certa forma, um moderador à produção de bens e serviços do mundo globalizado”.

“A crise ambiental é um dos grandes desafios globais da humanidade, e, mais que soluções técnicas, requer normalmente soluções educacionais que se configurem em mudanças de hábitos, valores e atitudes” (GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003, p. 56). Assim, o autor assinala a importância de formar profissionais “ambientalmente”, ou seja, que tragam qualidade ao ambiente e consequentemente às suas vidas.

Capra (1996) diz que são nossas percepções, pensamentos e valores que devem ser radicalmente mudados e que na verdade estamos no início desse processo, de uma mudança fundamental de visão do mundo na ciência e na sociedade. Entretanto, o autor mostra que a maioria dos líderes das nossas corporações, administradores e professores ainda não reconheceram a necessidade dessa mudança.

Neste contexto, um novo desafio se coloca: buscar inovações para aumentar a eficiência e a efetividade da sustentabilidade, evitando a tendência da devastação ambiental e o aumento das desigualdades sociais. Assim, surgem as discussões a respeito do desenvolvimento sustentável.

A *World Conservation Union* iniciou a discussão do desenvolvimento sustentável, por meio do documento chamado *World's Conservation Strategy* (IUCN, 1980). O documento sugere que, para que o desenvolvimento seja sustentável, é fundamental considerar os aspectos da dimensão social e ecológica, assim como os fatores econômicos.

A partir desta discussão, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, onde a World Commission on Environment and Development (WCED), por meio do Relatório Brundtland, o define como sendo uma forma de desenvolvimento que, sem comprometer as necessidades de gerações futuras, atende às necessidades das gerações atuais (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

Segundo Vargas, Aranda, Radomsky (2016), o desenvolvimento sustentável começou primeiramente com o objetivo de aumentar a ligação entre o crescimento econômico e a temática ambiental, sendo que, no momento atual, esta ligação é estimulada principalmente por setores governamentais, empresariais e acadêmicos.

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pelas lideranças, pelas empresas e pela sociedade como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis das organizações, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção no meio ambiente e resulte na execução de um projeto que alie produção e preservação

ambiental, com uso de tecnologia adaptada a esse preceito (CAETANO; SILVEIRA; DRUMOND, 2012, p. 04).

Mesmo assim, o que está no discurso nem sempre é praticado, como mostra Ioris (2011), ao dizer que, embora a maior parte dos governos nacionais tenha o discurso com ideias de sustentabilidade, adaptação e participação social, a grande pressão por um crescimento econômico acaba influenciando as políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável é um conceito central na nossa era. É tanto uma maneira de compreender o mundo quanto um método para resolver problemas globais. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) orientarão a diplomacia econômica mundial na próxima geração (SACHS, 2015, p. 5, tradução nossa).

A definição intergeracional do desenvolvimento sustentável evoluiu para uma abordagem mais prática ao longo do tempo. Deixou de lado as necessidades intergeracionais e focou mais na abordagem holística, que une o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental (SACHS, 2015).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e suas funções são contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Desde seu surgimento, a CEPAL estuda a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento, constituindo uma instituição fundamental para o trabalho da ideia de entrelaçar meio ambiente e desenvolvimento (LAZARO; GREMAUD, 2017).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2003) para a América Latina e Caribe mostra como os últimos 30 anos fizeram com que essa região avançasse na questão de institucionalização de assuntos ambientais, na criação de Ministério de Meio Ambiente, no crescimento das áreas naturais sob proteção, na incorporação de direitos ambientais na constituição e na população cada vez mais informada. No entanto, a situação ainda é delicada e muito precisa ser feito, já que todavia prevalece o objetivo de desenvolvimento econômico mesmo com os possíveis impactos ambientais.

## 2.2 SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA FISCAL E DE GOVERNANÇA

Cunda (2013, p. 1929) aponta que “têm sido desenvolvidos estudos no sentido de apurar dimensões da sustentabilidade para além dos clássicos vetores (econômico, social e

ambiental)”. A autora traz que “a sustentabilidade é multidimensional e a sustentabilidade financeira ou fiscal tem sido uma “vertente oculta”” (CUNDA, 2013, p. 1929).

O termo sustentabilidade fiscal tem sido frequentemente utilizado por órgãos governamentais, instituições privadas envolvidas em discussões do padrão fiscal do governo e por organismos multilaterais, cujos empréstimos e sugestões de política econômica são muitas vezes vistos como fundamentais para se garantir essa mesma sustentabilidade (LUPORINI, 2006, p. 3).

Cunda (2013, p. 1927) mostra a importância da dimensão fiscal da sustentabilidade, tratada de dimensão “oculta”, por meio da seguinte fala:

O orçamento do Estado, que consiste na política financeira em números, deverá espelhar as prioridades da gestão pública quanto aos direitos fundamentais sociais. Conjuntamente, deverá haver transparência quanto aos recursos destinados a cobrir dívidas públicas e quais outras medidas do Estado (além do mero corte de investimentos destinados aos direitos sociais) na busca da reversão da insustentabilidade fiscal.

Chapman (2008, p. 115, tradução nossa) aponta como, por meio da sustentabilidade fiscal, se atinge o bem-estar das gerações futuras:

A sustentabilidade fiscal é necessária para a dinamização tanto das economias do setor privado quanto do público, para permitir que os governos estaduais e locais tenham autonomia suficiente para atuar como laboratórios para a análise de diferentes políticas públicas e para estimular o crescimento econômico necessário ao bem-estar das gerações futuras.

O Guia Metodológico ICES (2014) mostra a importância do vínculo entre o diagnóstico da sustentabilidade fiscal de uma cidade e a elaboração de um adequado plano financeiro, que será utilizado para financiar os projetos do plano de ação.

Nos estudos de Cunda (2013), pode-se ver uma associação entre a vertente fiscal e a econômica da sustentabilidade, já que o Estado se tornaria insustentável caso não houvesse excedentes tributários necessários às suas dimensões. A autora também mostra uma ligação da dimensão fiscal com a dimensão ambiental, pois receitas e despesas públicas são um caminho relevante para a proteção do meio ambiente. Um exemplo são os benefícios fiscais ambientais.

A análise da sustentabilidade da política fiscal, a partir de uma abordagem intertemporal, deve basear-se numa avaliação do comportamento de longo prazo de variáveis determinantes, tais como a variação da dívida pública, a arrecadação total e o gasto fiscal total (GAMBOA; SILVA, 2004, p. 02).

Cunda (2013) traz uma ideia sobre sustentabilidade fiscal que remete ao conceito de desenvolvimento sustentável da *World Commission on Environment and Development* (1987),



ilustrado anteriormente. A autora fala sobre a solidariedade intergeracional, ou seja, o fato da geração de hoje ter de assumir dívidas públicas referentes a gerações passadas.

Estas dívidas públicas acabam afetando o crescimento econômico, como apontado por Baharumshah (2017, p. 100, tradução nossa):

É amplamente aceito que, com um nível moderado de dívida pública, a política fiscal pode induzir o crescimento econômico, mas com altos níveis de dívida pública, os aumentos de impostos esperados mitigarão os resultados positivos do resultado fiscal, diminuindo o investimento e o consumo, reduzindo o emprego e baixando as taxas de crescimento do PIB.

Também o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2003) para a América Latina e Caribe mostra que desde metade dos anos 1970, os países dessa região tiveram o crescimento do seu PIB bloqueado por questões como endividamento e desequilíbrios macroeconômicos limitando o desenvolvimento social. O relatório também informa que o problema do endividamento remete à falta de desenvolvimento, já que há uma elevada dívida externa.

Segundo Santos (2004, p. 07) “no que diz respeito à política ambiental e à fiscal no contexto do governo central não há praticamente coordenação devido à falta de instrumentos fiscais para a gestão ambiental”. Assim, mostra-se que essa falta de coordenação acaba neutralizando os resultados de políticas ambientais.

Ao se falar de coordenação e gestão, entra a discussão da governança ambiental, que segundo Carvalho (2017, p. 33), é a “organização do sistema de gestão internacional do meio ambiente”, ou seja, a busca de uma política ambiental global por meio de acordos, convênios e normas internacionais. Ainda segundo a autora, sistemas de governança coordenam a ligação entre o meio ambiente e o ser humano.

Segundo Carvalho (2017), o conceito de governança ambiental nasceu em 1992 com a Conferência das Nações Unidas, e existem duas concepções para esse termo, também reconhecido como boa governança. “O primeiro visa o reforço do sistema econômico retirado pelo Estado. O segundo constata o funcionamento produtivo dos sistemas institucionais oriundos da sociedade moderna” (CARVALHO, 2017, p. 34).

O conceito de governança ambiental é normalmente tratado no âmbito global, já que, como mostra Lorenzetti (2012, p. 127), “trata-se de uma problemática que desafia as fronteiras e a soberania dos Estados, pois para o meio ambiente não existem fronteiras geopolíticas”. A complicada fragmentação da governança ambiental internacional, com diversas atribuições e papéis, espalhadas em diferentes instituições e segmentos e a ausência

de coordenação, como visto na dimensão fiscal anteriormente, são motivos da complexidade dos problemas ambientais globais (BORN, 1996 apud GOMIDES, 2009).

Puppim (2013, p. 140, tradução nossa) traz uma visão a nível local da governança:

Governos locais geralmente detêm poderes importantes, em termos de competência legal e recursos, em setores que são relevantes para o desenvolvimento sustentável, como transporte, gestão, planejamento urbano, edificações, gestão de recursos hídricos e bem-estar. Assim, através de planejamento e ações intersetoriais, autoridades locais em parceria com outros atores locais podem desenvolver políticas que visam criar cidades sustentáveis que forneçam acesso a empregos, habitação e serviços urbanos.

Segundo Furtado (2009), prevenir e fazer a gestão de riscos de fatos de âmbito global são preocupações da governança para a sustentabilidade e essas são questões levantadas por organismos internacionais.

Weiss (2016) traz a questão da assimetria atual do poder como um empecilho para a aplicação dos objetivos econômicos, sociais e ambientais. O autor diz que atender às demandas de movimentos socioambientalistas não é suficiente para efetivar uma justiça ambiental e para isso os tomadores de decisão devem ser pressionados.

Outro autor que aponta as limitações da governança ambiental é Cavalcanti (2004). Segundo o autor, o constante desejo de crescimento econômico é o que restringe a governança ambiental. Gomides (2009) também sustenta a ideia de que o crescimento econômico está na frente do fortalecimento de ações e implementações de acordos ambientais multilaterais. “Tendo como base o argumento do crescimento econômico como primeiro passo para conferir dignidade de vida a todos” (GOMIDES, 2009, p. 184).

Segundo Puppim (2013), ter bons processos de tomada de decisão não é suficiente para ter uma boa governança, também é necessário melhorar os indicadores de sustentabilidade na cidade. O autor também aponta que a governança é um processo dinâmico e assim torna-se difícil de realizar uma avaliação, então para ter uma governança eficiente deve-se ter flexibilidade para adaptar-se aos diferentes cenários políticos enfrentados pelas cidades.

## 2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Segundo Van Bellen (2005), mesmo que não haja um consenso do conceito de desenvolvimento sustentável, é importante que se desenvolvam maneiras de mensurar a sustentabilidade. Isso pode ser feito por meio de indicadores, pois segundo Hammond (1995)

um indicador pode ser entendido como um recurso que torna uma tendência ou fenômeno mais perceptível. “O objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente” (VAN BELLEN, 2005, p. 42).

“Os sistemas de indicadores de sustentabilidade correspondem aos mecanismos que são adotados para avaliar o nível do desenvolvimento sustentável de um dado espaço territorial ou de uma dada atividade econômica” (SILVA; CÂNDIDO, 2016, p. 479). No caso deste trabalho, se analisa o nível do desenvolvimento sustentável de um espaço territorial: as cidades participantes da ICES.

Como mostrado anteriormente, nos últimos anos houve uma evolução do conceito de desenvolvimento sustentável para uma abordagem mais holística, e isso se repete quando se trata dos indicadores de sustentabilidade. Van Bellen (2005) traz que há a necessidade de sistemas interligados, indicadores inter-relacionados ou a agregação de indicadores diferentes para com os conflitos do desenvolvimento sustentável.

Veiga (2010) introduz uma visão mais ampla ao afirmar que, mesmo que exista a ideia da necessidade de muitos indicadores para avaliar a sustentabilidade, é importante, simultaneamente, adotar medidas do desempenho econômico, do impacto ambiental e da qualidade de vida, a fim de que a avaliação seja completa.

Van Bellen (2005) indica algumas das importâncias da mensuração da sustentabilidade, como, por exemplo, a ajuda que fornece aos tomadores de decisão e público em geral na definição de metas e objetivos. O autor observa também que estas medidas geram uma base empírica e quantitativa da verificação do funcionamento e possibilitam comparações no tempo e no espaço, dando assim a oportunidade de descobrir novas correlações.

Bossel (1999) aponta limitantes dos indicadores, um exemplo disso é a perda de informação vital. Ele mostra a importância de se utilizar mais de um indicador para se obter os principais aspectos de uma situação, pois não é possível mostrar uma realidade com um indicador simples. Van Bellen (2005) assinala a irregularidade da disponibilidade de dados referentes à sustentabilidade de um sistema, já que a maioria dos dados tem origem anterior ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. O autor também enfatiza a dificuldade de comparabilidade de dados, apesar da possibilidade de quantificação da sustentabilidade, a direta comparação ainda é um limitante.

A ICES, por meio dos planos de ação desenvolvidos para auxiliar as cidades integrantes do projeto, trabalha com três dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento urbano sustentável e a sustentabilidade fiscal e boa

governabilidade. As principais características da dimensão fiscal e de governabilidade, que serão estudadas neste trabalho, tratam da transparência, participação pública e gestão orientada para a obtenção de resultados, além de práticas fiscais das cidades, como a recuperação de custos dos serviços, a administração da dívida e o investimento público (ICES, 2013).

A principal função dos indicadores é identificar as problemáticas críticas de cada cidade: “Os indicadores e seus critérios de classificação servem para indicar onde há um problema e qual é a gravidade da situação, com o fim de priorizar a ação” (ICES, 2013).

O conjunto de indicadores da ICES envolve três importantes características. A primeira delas é a Integralidade, que tem a finalidade de garantir que se considerem e avaliem todos os temas relevantes para as cidades. Em segundo lugar vem a Objetividade, que traz a ideia de que os indicadores dão um elemento de objetividade muito importante à análise das problemáticas da cidade, sua priorização e a planificação urbana em geral. Em terceiro lugar vem a Possibilidade de Comparação, ou seja, por meio de um conjunto de indicadores, comparar o desempenho de uma cidade temporalmente e também compará-lo com outra cidade, o que constitui um dos objetivos deste trabalho (ICES, 2013).

Existem quatro características utilizadas para a seleção dos indicadores da ICES, já que se procura realizar um diagnóstico rápido. A primeira característica que orienta a seleção é a Representatividade, ou seja, a procura de aplicar indicadores fortemente relacionados ao objetivo almejado de impactar a qualidade de vida e a sustentabilidade. Em segundo lugar, a Universalidade, a procura por indicadores que meçam fenômenos que ocorram na maioria das cidades da ALC, ou seja, indicadores que possam ser aplicados a todas as cidades emergentes. Em terceiro lugar, a Facilidade de Compilação, ou seja, que dados e informações estejam facilmente compilados, já que é importante para o diagnóstico inicial e para auxiliar na atualização dos indicadores ao longo do tempo. Por último, Objetividade, ou seja, a procura por indicadores de baixo potencial de manipulação ou má interpretação, que sejam bem definidos, precisos, unívocos e fáceis de compreender (ICES, 2013).

### 3 METODOLOGIA

A seguir são apresentados a classificação da pesquisa e os instrumentos e procedimentos utilizados no trabalho para a obtenção dos objetivos previamente estabelecidos.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Michel (2009, p. 44), “a pesquisa descritiva se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, à luz da influência que o ambiente exerce sobre eles.”. Assim, a natureza desta pesquisa classifica-se como descritiva, pois se deseja analisar a sustentabilidade das cidades emergentes da ICES, por meio da aplicação de indicadores fiscais e de governança. Segundo Beuren (2009, p. 81), “a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa”, ou seja, há a intenção de observar, registrar, analisar e interpretar.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é predominantemente qualitativa. Segundo Beuren (2009, p. 92), na pesquisa qualitativa “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Já pesquisa quantitativa tem a intenção de “garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação” (BEUREN, 2009, p. 93). Portanto, esta pesquisa tem, principalmente, um aspecto qualitativo no sentido de que será feita uma análise da sustentabilidade das cidades, e um aspecto quantitativo, pois utilizará estatística descritiva.

#### 3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Segundo Beuren (2009, p. 83), “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados.” Neste trabalho, a coleta de dados foi realizada mediante dados secundários, ou seja, dados que “são publicados ou coletados por outra organização” (CORREA, 2003, p. 14).

Estes dados foram coletados do relatório de análise levantado pela ICES, por meio da Rede Ver a Cidade, uma rede de monitoramento cidadão criada para acompanhar a performance das cinco cidades, Vitória, Florianópolis, Palmas, João Pessoa e Goiânia, que

participam da ICES no Brasil nos assuntos de impacto da sustentabilidade e qualidade de vida dos cidadãos.

No Brasil, o critério de escolha das cinco cidades emergentes e sustentáveis pela ICES, se deu, primeiramente, determinando as cidades médias, ou seja, que tenham entre 100.000 e 2.000.000 de habitantes. Posteriormente, foram selecionadas as cidades emergentes, ou seja, que tenham crescimento populacional acima da média do país, que tenham crescimento sustentado do PIB per capita e que tenham índices de qualidade institucional e de governabilidade que permitam trabalhar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, no Brasil, com a Caixa Econômica Federal, maior banco público da ALC e um dos principais sócios estratégicos da ICES. (GUIA METODOLÓGICO ICES, 2014).

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise dos dados será feita por meio da aplicação dos indicadores de sustentabilidade na perspectiva fiscal e de governança da ICES nas cinco cidades emergentes da Iniciativa no Brasil referente ao ano de 2016.

Com a finalidade de classificar o valor de cada indicador, a ICES criou três categorias para realizar a “semaforização” das cidades: “verde” (sustentável, bom desempenho), “amarelo” (desempenho potencialmente problemático) ou “vermelho” (não sustentável, desempenho altamente problemático) (Indicadores ICES, 2013). A Tabela 1 mostra a semaforização proposta pela ICES.

Tabela 1 - Semaforização

Verde	Sustentável, bom desempenho
Amarelo	Desempenho potencialmente problemático
Vermelho	Não sustentável, desempenho altamente problemático

Primeiramente, será feita a “semaforização” de cada indicador para as cinco cidades, ou seja, a identificação de onde se encontra o resultado de cada indicador. Logo, será feita análise por cidade e um ranking das cinco cidades. O ranking se baseará na média do nível de sustentabilidade de cada cidade. Se atribuirá 1 ponto para o vermelho do semáforo, 2 pontos para o amarelo e 3 pontos para o verde. Assim, a média se dará pela divisão dos pontos totais pelo número de indicadores que foram divulgados, já que algumas cidades deixaram de fornecer alguns indicadores.

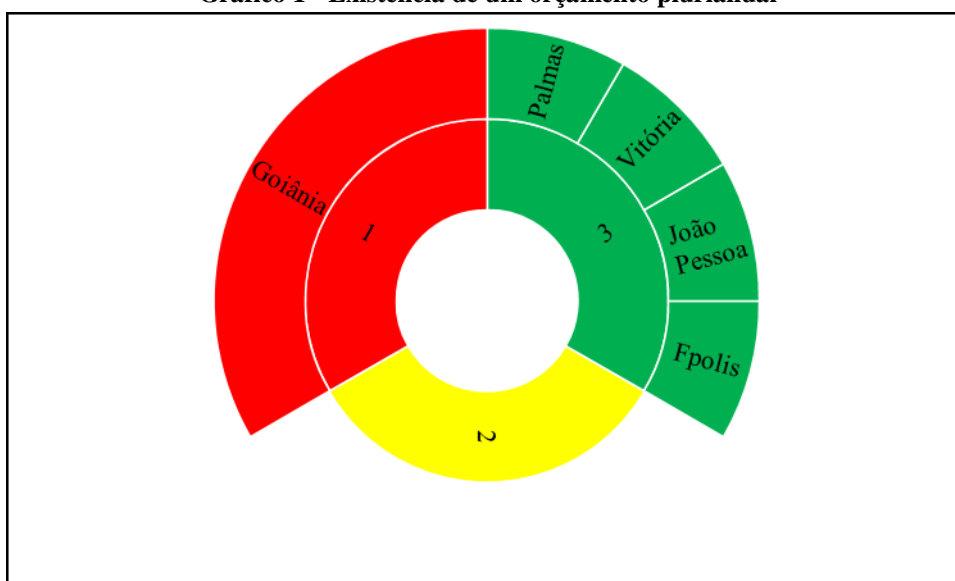
## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir de agora são apresentados os dados coletados e analisados de forma que se compreenda a pesquisa, com o intuito de atingir os objetivos e responder a pergunta proposta.

### 4.1 Existência de um orçamento plurianual

Este indicador “se vale para estabelecer requisitos orçamentais futuros para serviços existentes, avaliar as implicações de mudanças futuras de políticas e novos programas em termos de recursos, e destinar recursos dentro de restrições fiscais” (INDICADORES ICES, 2013, p. 160). A justificativa é que “um enfoque de médio prazo para o orçamento pode ajudar a manter o controle dos gastos, melhorar a eficiência e ajudar com as resposta as prioridades” (INDICADORES ICES, 2013, p. 160). No Gráfico 1, tem-se a existência de um orçamento plurianual pelas cidades analisadas.

**Gráfico 1 - Existência de um orçamento plurianual**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

- 1 - A cidade tem um orçamento que só contempla um ano
- 2 - A cidade tem um orçamento projetado para os próximos dois anos
- 3 - A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos, no mínimo

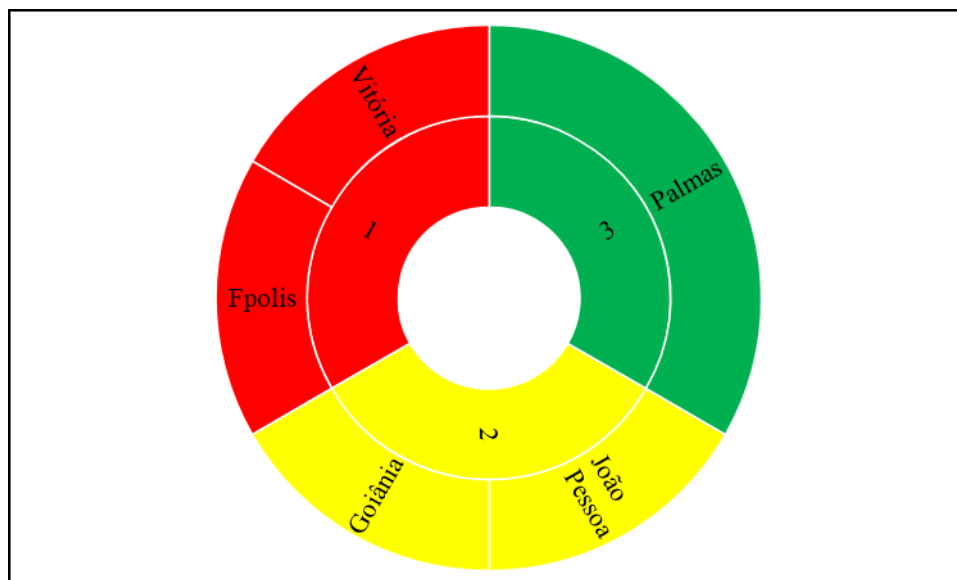
Goiânia, 20% da amostra, está no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, uma vez que planeja seu orçamento para apenas um ano. Já Vitória, Palmas, João Pessoa e Florianópolis, 80% da amostra, encontram-se no verde

do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho. João Pessoa e Florianópolis não informaram para quantos anos o orçamento é projetado, porém ao terem sido colocadas no verde, subentende-se que seus orçamentos sejam projetados para três anos, no mínimo. Palmas informou ter seu orçamento projetado para os próximos quatro anos e Vitória, para os próximos três anos.

#### 4.2 Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho

Este indicador é o “reconhecimento financeiro individual diretamente associado à consecução de objetivos. O reconhecimento pode se dar mediante aumento de salário, remuneração diferenciada e bonificações anuais, entre outros estímulos” (INDICADORES ICES, 2013, p. 161). A justificativa é que “ajudam a atrair e manter os melhores trabalhadores e a incentivar um bom desempenho. Também podem contribuir para que se consiga mais transparência e justiça no sistema de remuneração do governo” (INDICADORES ICES, 2013, p. 161). No Gráfico 2, tem-se a remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho.

**Gráfico 2 - Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

1 - A remuneração do pessoal não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho



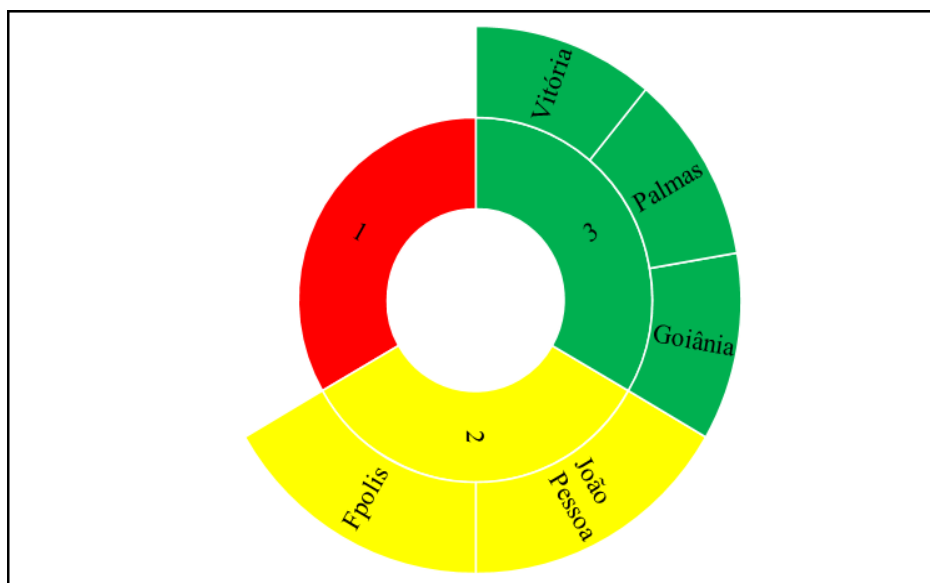
- 2 - A remuneração de 10% a 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho
- 3 - A remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho

Vitória e Florianópolis, 40% da amostra, estão no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, desempenho altamente problemático. Vitória não aponta se é por não calcular a remuneração do pessoal por um sistema de indicadores de desempenho ou se esse cálculo ocorre para até 10% do pessoal. Já Florianópolis mostra não ter um sistema de indicadores de desempenho. Goiânia e João Pessoa, 40% da amostra, estão no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático. Goiânia traz que a remuneração de 20% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho. Já João Pessoa não informa a porcentagem, porém afirma ter um sistema. Palmas, 20% da amostra, está no verde do semáforo neste indicador, onde pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho, ou seja, sustentável, com bom desempenho.

#### 4.3 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal

Este indicador é utilizado para “medir o cumprimento dos objetivos e das metas da municipalidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 162). A justificativa é que “alem de ser um dos primeiros passos no processo de motivação, aumenta a transparência. Registrar e apresentar o progresso de um município por meio eletrônico torna mais eficiente o registro e a divulgação das informações” (INDICADORES ICES, 2013, p. 162). No Gráfico 3, tem-se a existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal.

**Gráfico 3 - Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

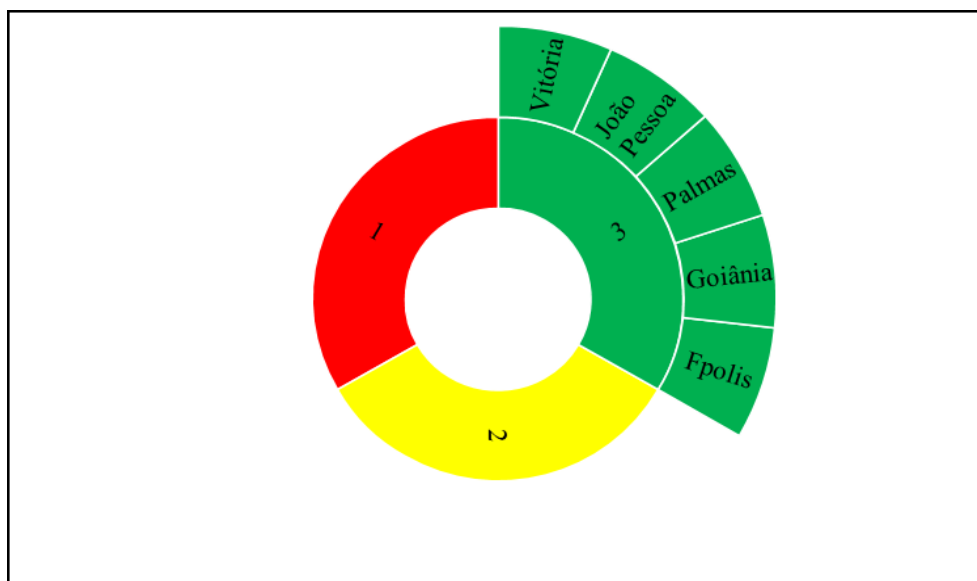
- 1 - Não há um sistema de prestação de contas que meça os avanços e resultados da gestão municipal
- 2 - Há um sistema que mede os avanços e resultados da gestão municipal, mas ele é manual
- 3 - Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal

Florianópolis e João Pessoa, 40% da amostra, têm apenas sistemas manuais, colocando-as no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático. Goiânia, Vitória e Palmas, 60% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, com bom desempenho. Goiânia e Vitória possuem sistemas eletrônicos, enquanto que Palmas tem a operação do seu sistema de forma manual, apenas seu acompanhamento é eletrônico.

#### 4.4 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos

Este indicador é utilizado “para efetuar aquisições e contratações” (INDICADORES ICES, 2013, p. 163). A justificativa é que “facilita o acesso a ofertas públicas e aumenta a concorrência. Além disso, melhora a transparência do ciclo de aquisições, o que permite que cidadãos e empresas responsabilizem mais as autoridades” (INDICADORES ICES, 2013, p. 163). No Gráfico 4, tem-se a existência de sistemas de aquisições eletrônicos.

Gráfico 4 - Existência de sistemas de aquisições eletrônicos



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

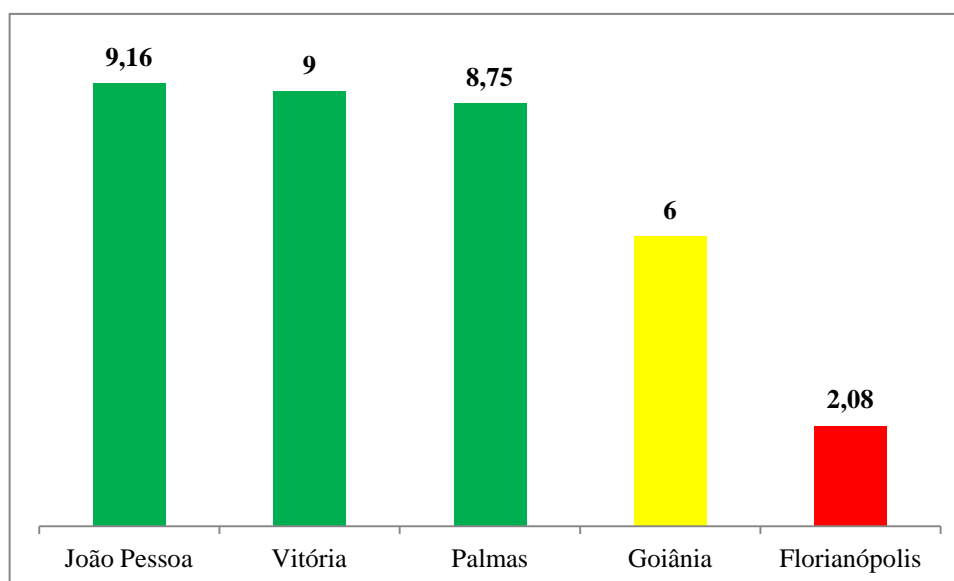
- 1 - A municipalidade não dispõe de um sistema de aquisições eletrônico
- 2 - Há um sistema de aquisições eletrônico, mas ele não divulga os resultados das licitações públicas
- 3 - Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que, no mínimo, divulga as chamadas para concursos e os resultados das licitações públicas

Para este indicador, as cinco cidades, 100% da amostra, encontram-se no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, já que todas possuem sistemas de aquisição eletrônicos.

#### 4.5 Índice de transparência

Este indicador é a “pontuação por país no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional (TI) ou pontuação da municipalidade em um índice de transparência nacional para municípios, se houver” (INDICADORES ICES, 2013, p. 164). A justificativa é que “esses mecanismos demonstram a eficácia dos fiscais, tribunais ou meios de comunicação para investigar e expor os casos de corrupção” (INDICADORES ICES, 2013, p. 164). No Gráfico 5, tem-se o índice de transparência.

Gráfico 5 - Índice de transparência

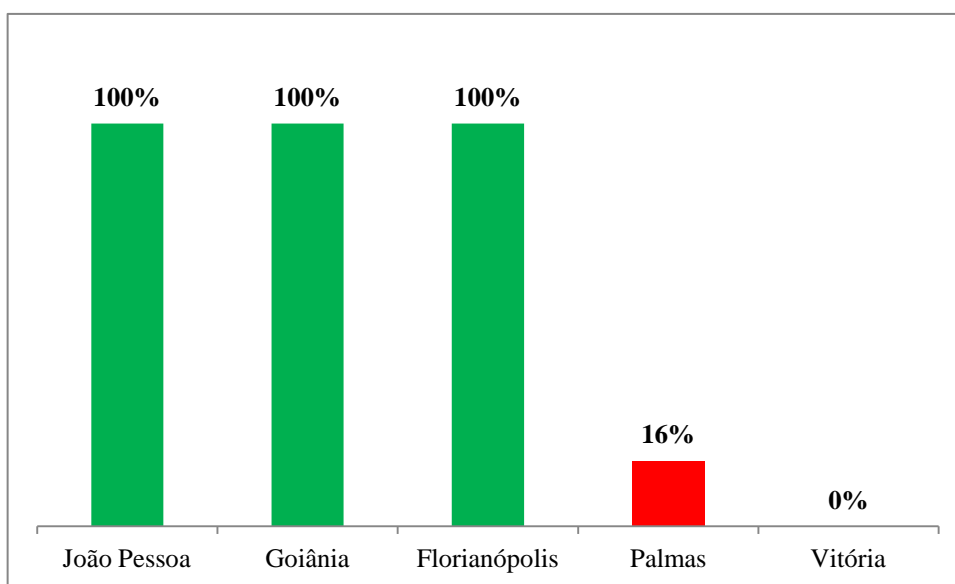


Fonte: dados da pesquisa (2018).

João Pessoa, Vitória e Palmas, 60% da amostra, por terem um índice maior que seis, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho. Goiânia, 20% da amostra, se encontra no amarelo, desempenho potencialmente problemático, ao ter 6,0 no índice de transparência. Já Florianópolis, 20% da amostra, se encontra no vermelho, desempenho altamente problemático, com um índice de 2,08.

#### 4.6 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas

Este indicador representa a divisão do “número de contas da municipalidade que são auditadas com independência em relação ao grupo de auditoria interna” com o “número total de contas da municipalidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 166). A justificativa é que “as auditorias de governo proporcionam a análise e informações objetivas requeridas para se tomar as decisões necessárias para ajudar a se conseguir um futuro melhor” (INDICADORES ICES, 2013, p. 166). No Gráfico 6, tem-se a porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas.

**Gráfico 6 - Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas**

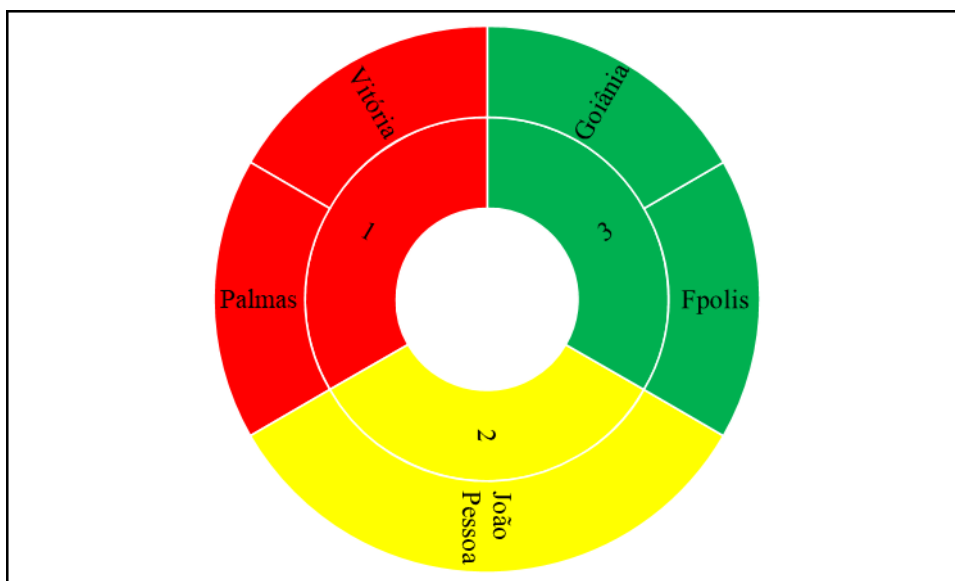
Fonte: dados da pesquisa (2018).

João Pessoa, Goiânia e Florianópolis, 60% da amostra, encontram-se no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, já que todas as contas da municipalidade são auditadas. Palmas e Vitória, 40% da amostra, se encontram no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, desempenho altamente problemático já que Palmas tem 16% de contas auditadas e Vitória, nenhuma conta auditada.

#### 4.7 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros

Este indicador representa a divisão das “empresas municipais cujas contas são auditadas por profissionais independentes” e pelo “numero total de empresas municipais” (INDICADORES ICES, 2013, p. 167). A justificativa é que “as auditorias proporcionam prestações de contas e informações transparentes essenciais sobre programas governamentais” (INDICADORES ICES, 2013, p. 167). No Gráfico 7, tem-se a porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros.

**Gráfico 7 - Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

1 - < 50%

2 - 50%–80% das empresas municipais são auditadas, mas não por uma organização privada independente, ou 80%–100% das empresas municipais são auditadas por uma empresa privada independente.

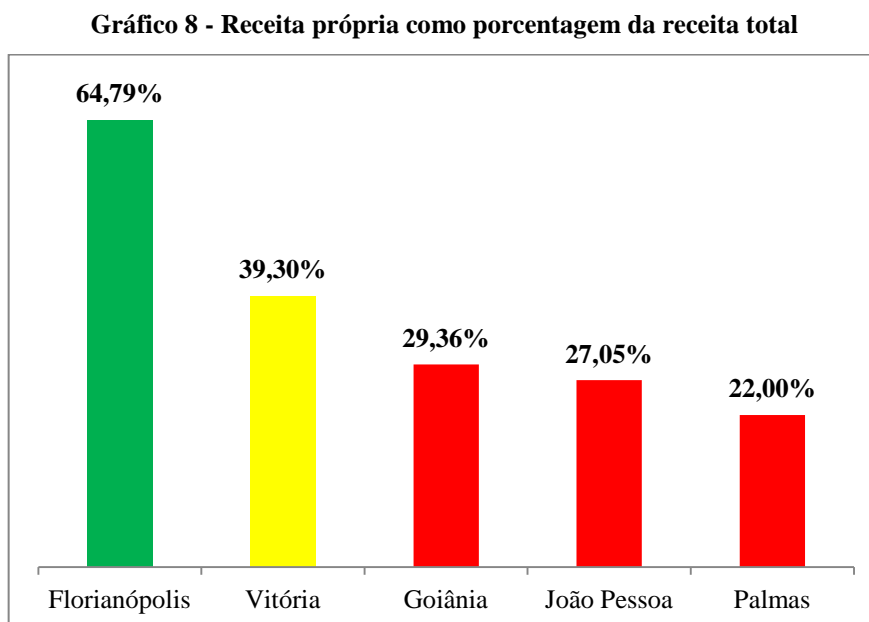
3 - 80%–100%

Palmas e Vitória, 40% da amostra, com 0% e 9% de contas de empresas municipais auditadas por terceiros respectivamente, encontram-se no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, com desempenho altamente problemático. João Pessoa, 20% da amostra, informou apenas estar no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, porém não informou a porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros. Goiânia e Florianópolis, 40% da amostra, possuem todas as suas contas de empresas municipais auditadas por terceiros, colocando-as no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho.

#### 4.8 Receita própria como porcentagem da receita total

Este indicador representa a “porcentagem da receita do governo local proveniente de tarifas, encargos e impostos permitidos pela lei em relação à receita total, inclusive a proporcionada por outros níveis de governo” (INDICADORES ICES, 2013, p. 168). A justificativa é que “da uma indicação da viabilidade, independência e controle que uma cidade tem sobre seus próprios recursos e, em certa medida, mede seu planejamento financeiro e a

eficácia de sua gestão” (INDICADORES ICES, 2013, p. 168). No Gráfico 8, tem-se a receita própria como porcentagem da receita total.



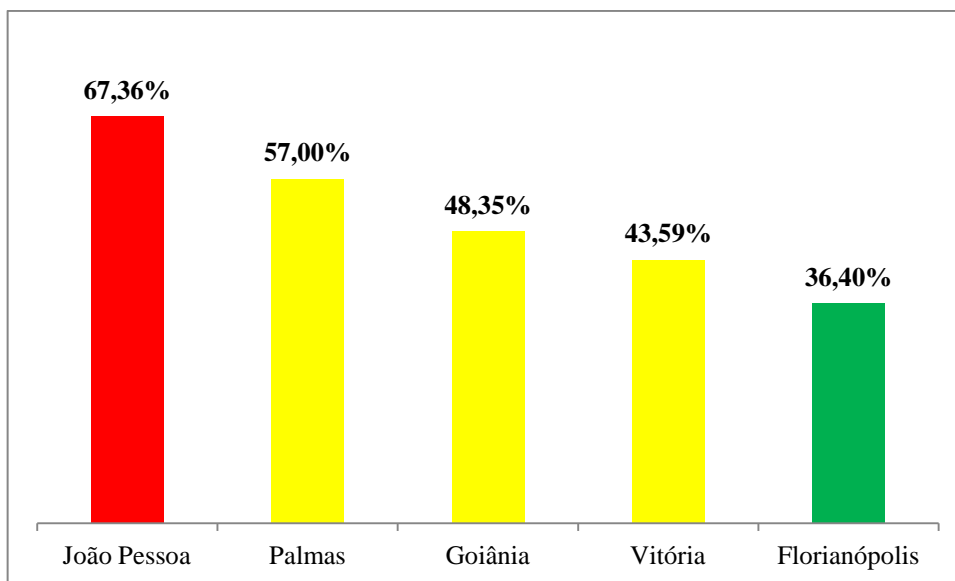
Fonte: dados da pesquisa (2018).

Florianópolis, 20% da amostra, está no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho, já que sua receita própria como porcentagem da receita total é semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país. Vitória, 20% da amostra, está no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país. Já Goiânia, João Pessoa e Palmas, 60% da amostra, estão no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, desempenho altamente problemático, já que este indicador encontra-se menor em comparação ao das cidades pares do país.

#### 4.9 Transferências totais como porcentagem da receita total

Este indicador mostra as “transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem da receita total.” (INDICADORES ICES, 2013, p. 169). A justificativa é que “as municipalidades tendem a ter maior autonomia na medida em que dependem menos da obtenção de transferências” (INDICADORES ICES, 2013, p. 169). No Gráfico 9, têm-se as transferências totais como porcentagem da receita total.

Gráfico 9 - Transferências totais como porcentagem da receita total



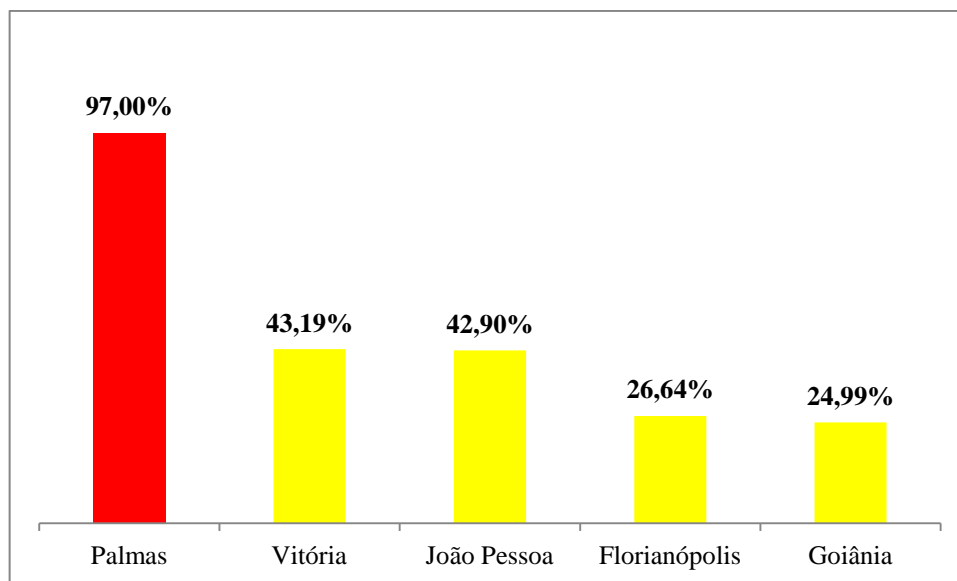
Fonte: dados da pesquisa (2018).

João Pessoa, 20% da amostra, encontra-se no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que suas transferências totais como porcentagem da receita total são maiores em comparação com a das cidades pares do país. Palmas, Goiânia e Vitória, 60% da amostra, estão no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país. Já Florianópolis, 20% da amostra, encontra-se no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho, já que este indicador é semelhante ao das cidades exemplares (com melhores práticas) do país.

#### 4.10 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências

Este indicador representa as “transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem do total de transferências.” (INDICADORES ICES, 2013, p. 170). A justificativa é que “as transferências destinadas a usos específicos limitam a autonomia e capacidade de uma municipalidade para estabelecer prioridades, especialmente em municipalidades que dependem fortemente dessas transferências” (INDICADORES ICES, 2013, p. 170). No Gráfico 10, têm-se as transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências.



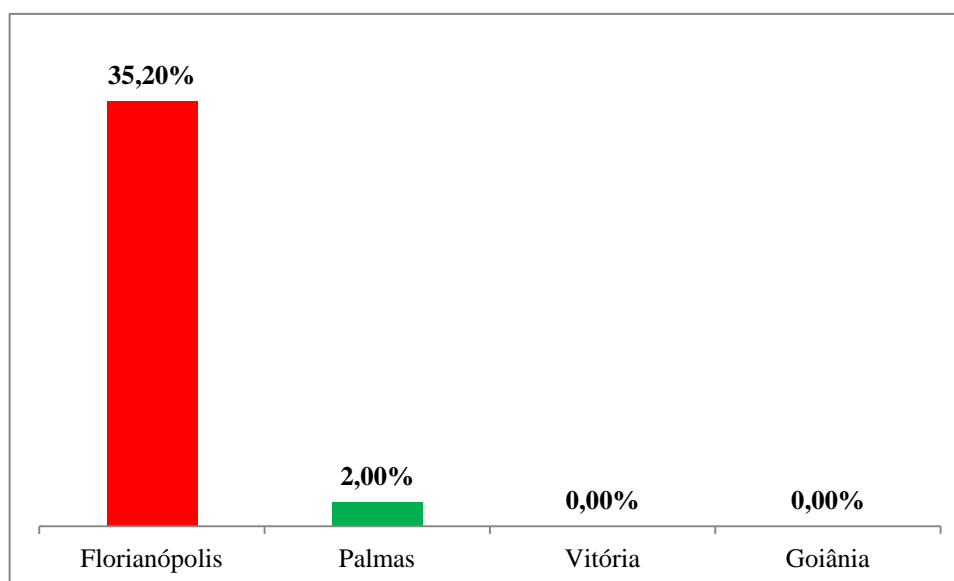
**Gráfico 10 - Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências**

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Palmas, 20% da amostra, está no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que suas transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências são maiores em comparação às das cidades pares do país. Enquanto que Vitória, João Pessoa, Florianópolis e Goiânia, 80% da amostra, estão no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que tem o indicador semelhante ao das cidades pares do país.

#### 4.11 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total

Este indicador representa a divisão da “receita dos doadores externos observando a informação fiscal do município, somando todas as receitas obtidas em um ano de fontes diferentes das fontes de receita própria do município e transferências de outros níveis de governo dentro do país (nacional, estadual, etc.)” pela “receita total do município para esse ano” (INDICADORES ICES, 2013, p. 171). A justificativa é que “as municipalidades tendem a ter maior autonomia na medida em que dependem menos de transferências e doadores” (INDICADORES ICES, 2013, p. 171). No Gráfico 11, tem-se a receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total.

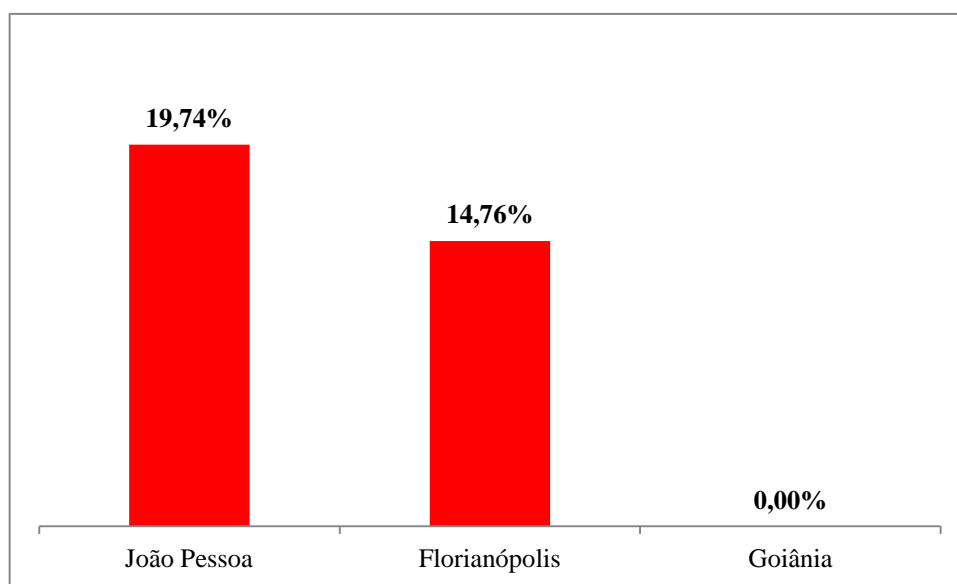
**Gráfico 11 - Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total**

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Florianópolis, 20% da amostra, encontra-se no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que sua receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total é maior em comparação à das cidades pares do país. Palmas, Vitória e Goiânia, 60% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, já que possuem este indicador semelhante ao das cidades exemplares (de melhores práticas) do país. João Pessoa, 20% da amostra, não informou o dado.

#### 4.12 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais

Este indicador representa a “porcentagem do custo da prestação de serviços (fornecidos pela municipalidade ou por empresas municipais) recuperado mediante tarifas ou taxas cobradas dos consumidores” (INDICADORES ICES, 2013, p. 172). A justificativa é proporcionar “a base fiscal para a expansão e melhoria de serviços adicionais, o que em alguns casos pode ser decisivo para dar as pessoas acesso a serviços de que elas realmente carecem ou, se tem, são de má qualidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 172). No Gráfico 12, tem-se a recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais.

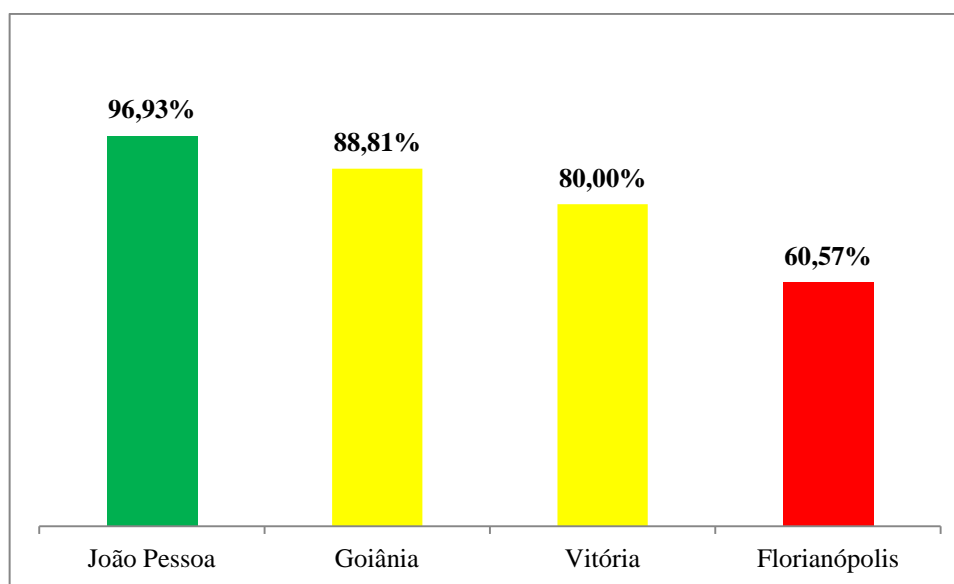
**Gráfico 12 - Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais**

Fonte: dados da pesquisa (2018).

João Pessoa, Florianópolis e Goiânia, 60% da amostra, estão no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, desempenho altamente problemático, já que possuem a recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais menor que 50%. Vitória não forneceu a informação para este indicador e para a realidade de Palmas este indicador não é aplicável.

#### 4.13 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados

Este indicador mostra a relação entre “os impostos arrecadados sobre o total de impostos faturados” (INDICADORES ICES, 2013, p. 173). A justificativa é que “este indicador mede a eficácia dos órgãos arrecadadores de impostos e tem por objetivo avaliar a capacidade de gestão financeira de uma cidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 173). No Gráfico 13, têm-se os impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados.

**Gráfico 13 - Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados**

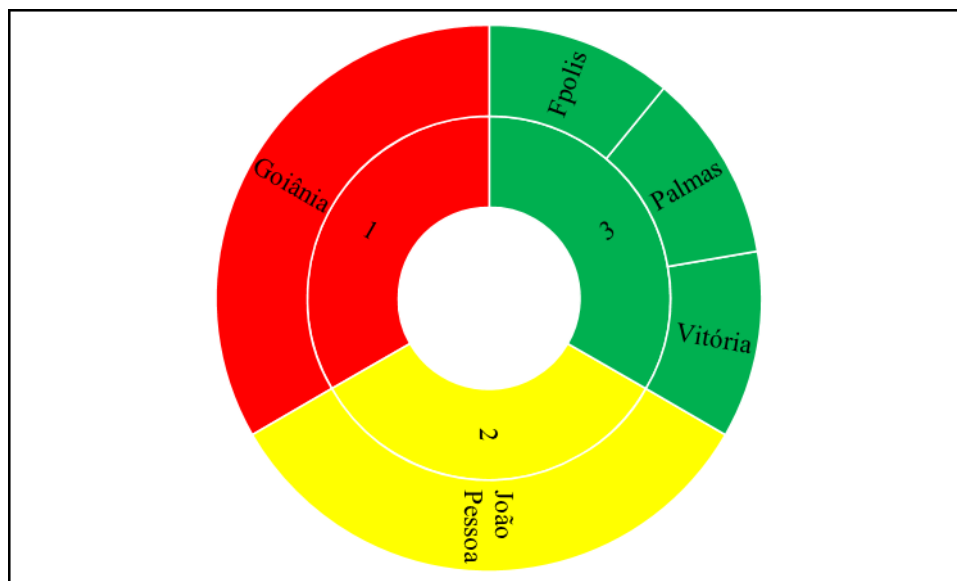
Fonte: dados da pesquisa (2018).

João Pessoa, 20% da amostra, está no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho, já que seus impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados são semelhantes ao das cidades exemplares (de melhores práticas) do país. Goiânia e Vitória, 40% da amostra, estão no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país. Florianópolis, 20% da amostra, está no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que este indicador é menor em comparação ao das cidades pares do país. Isto pode acontecer já que Florianópolis tem grandes receitas de doadores externos, como visto no indicador do tópico 4.11, comprometendo seus impostos arrecadados. Palmas, 20% da amostra, informou que não houve imposto faturado.

#### 4.14 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento

Este é um indicador em que se deve verificar “se há indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento do orçamento, se eles são monitorados periodicamente e se os resultados são incorporados ao orçamento do ano seguinte” (INDICADORES ICES, 2013, p. 174). A justificativa é que “ajuda a garantir que o dinheiro seja gasto de forma tal que produza os resultados desejados” (INDICADORES ICES, 2013, p. 174). No Gráfico 14, tem-se a existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento.

**Gráfico 14 - Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

- 1 - Não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento
- 2 - Há indicadores de desempenho e metas, mas sem acompanhamento periódico, e seus resultados não são incorporados ao orçamento seguinte
- 3 - Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte

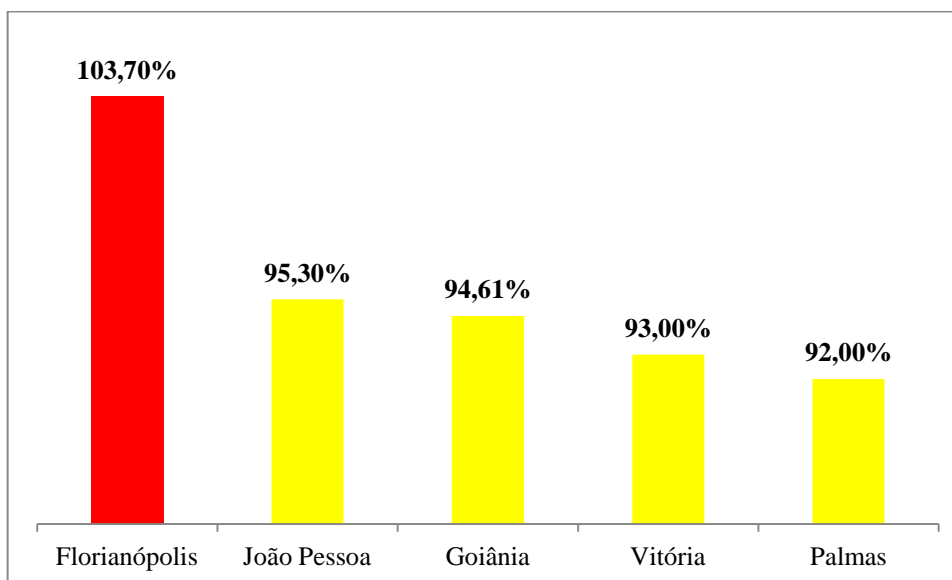
Goiânia, 20% da amostra, não possui indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento, estando no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático. João Pessoa, 20% da amostra, possui indicadores de desempenho e metas, porém sem acompanhamento nem incorporação dos seus resultados ao orçamento seguinte, estando no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático. Vitória, Palmas e Florianópolis, 60% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, já que possuem indicadores de desempenho e metas, com acompanhamento e incorporação dos seus resultados ao orçamento.

#### 4.15 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos

Este indicador representa a divisão entre os “gastos correntes totais do ano anterior” pelos “gastos totais da cidade no mesmo período” (INDICADORES ICES, 2013, p. 175). A justificativa é que “uma cidade que gasta uma grande parte de seu orçamento em custos

operacionais pode não ter capacidade financeira para investir em formas que apoiariam seu crescimento e desenvolvimento futuros” (INDICADORES ICES, 2013, p. 175). No Gráfico 15, têm-se os gastos correntes como porcentagem do total de gastos.

**Gráfico 15 - Gastos correntes como porcentagem do total de gastos**

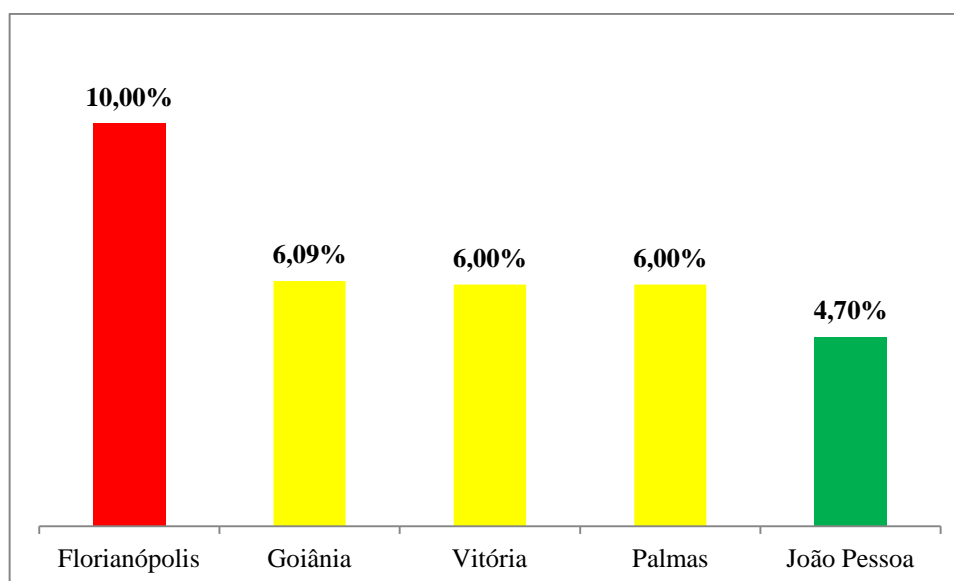


Fonte: dados da pesquisa (2018).

Florianópolis, 20% da amostra, está no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que seus gastos correntes como porcentagem do total de gastos é maior em comparação aos das cidades pares do país. João Pessoa, Goiânia, Vitória e Palmas, 80% da amostra, encontram-se no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país.

#### 4.16 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos

Este indicador representa a divisão dos “gastos totais em ativos fixos do ano anterior” pelos “gastos totais da cidade no mesmo período” (INDICADORES ICES, 2013p. 176). A justificativa é que “é um indicador da capacidade que tem uma cidade de atender as demandas de seus cidadãos relacionadas com serviços públicos e infraestrutura” (INDICADORES ICES, 2013, p. 176). No Gráfico 16, têm-se as despesas de capital como porcentagem do total de gastos.

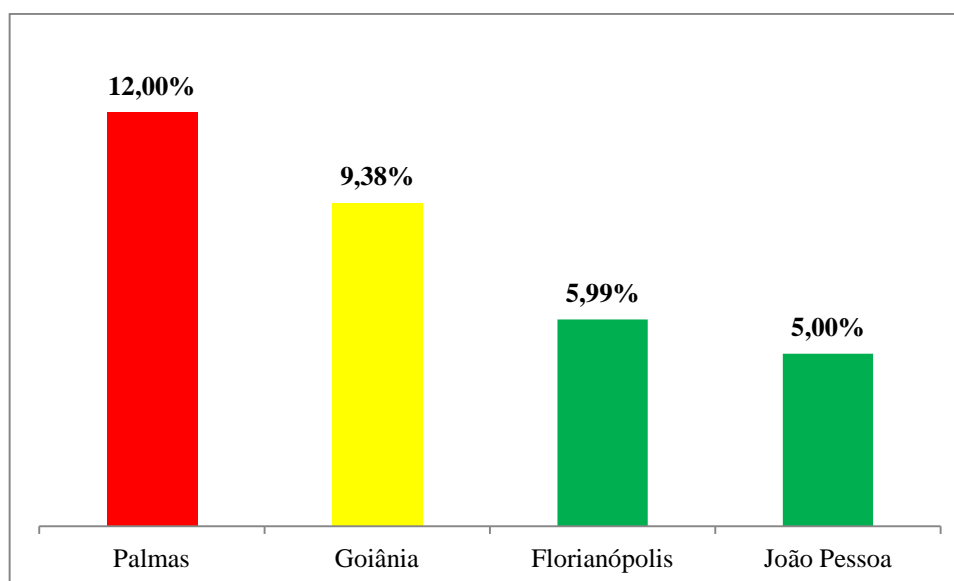
**Gráfico 16 - Despesas de capital como porcentagem do total de gastos**

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Florianópolis, 20% da amostra, encontra-se no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que suas despesas de capital como porcentagem do total de gastos são menores em comparação às das cidades pares do país. Goiânia, Vitória e Palmas, 60% da amostra, estão no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país. João Pessoa, 20% da amostra, está no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho, já que este indicador é semelhante ao das cidades exemplares (de melhores práticas) do país.

#### 4.17 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente

Este indicador representa a “taxa média de crescimento anual do gasto de operação dos últimos cinco anos” (INDICADORES ICES, 2013, p. 177). A justificativa é que “não basta observar o nível absoluto ou relativo dos gastos operacionais, mas é preciso examinar a tendência que esse item demonstra ao longo do tempo” (INDICADORES ICES, 2013, p. 177). No Gráfico 17, tem-se a taxa média de crescimento anual do gasto corrente.

**Gráfico 17 - Taxa média de crescimento anual do gasto corrente**

Fonte: elaboração própria (2018).

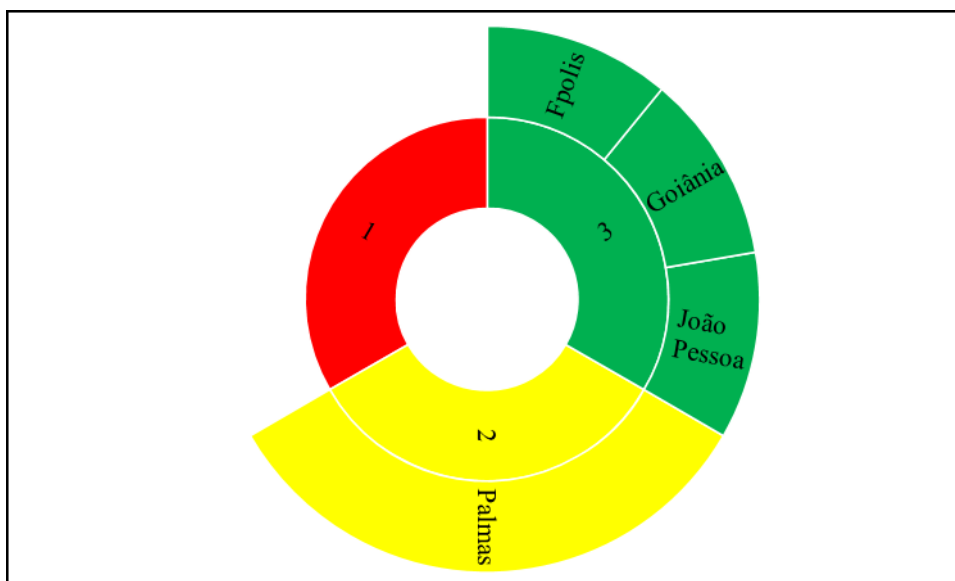
Palmas, 20% da amostra, está no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentável, desempenho altamente problemático, já que sua taxa média de crescimento anual do gasto corrente é maior em comparação ao das cidades pares do país. Goiânia, 20% da amostra, está no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que este indicador é semelhante ao das cidades pares do país. Florianópolis e João Pessoa, 40% da amostra, estão no verde do semáforo, já que este indicador é semelhante ao das cidades exemplares (de melhores práticas) do país. Vitória, 20% da amostra, não divulgou este dado.

#### 4.18 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores

Este indicador consiste em “determinar se o orçamento da cidade inclui os objetivos previstos em seu plano de desenvolvimento com indicadores de resultados” (INDICADORES ICES, 2013, p. 178). A justificativa é que “um orçamento estreitamente alinhado com o plano da cidade indica que estão sendo implementadas as metas estabelecidas pela cidade e que elas estão recebendo apoio financeiro” (INDICADORES ICES, 2013, p. 178). O Gráfico 18, expressa se o orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores.



**Gráfico 18 – Coerência entre orçamento e planejamento, seus objetivos e indicadores**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

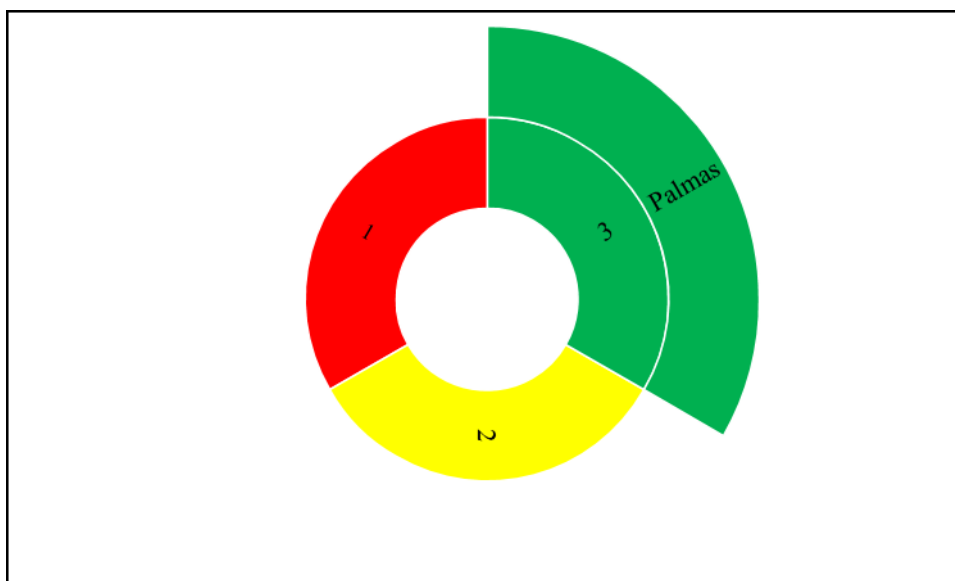
- 1 - Menos de 30% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento, ou nem existe um plano
- 2 - Entre 30% e 70% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento
- 3 - Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo

Palmas, 20% da amostra, está no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que tem entre 30% e 70% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento. João Pessoa, Goiânia e Florianópolis, 60% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, já que possuem mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo. Vitória, 20% da amostra, não disponibilizou dados pra este indicador.

#### 4.19 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria

Este indicador representa a divisão do “total de passivos contingentes exigíveis nos próximos cinco anos” pela “receita própria no mesmo período” (INDICADORES ICES, 2013, p. 179). A justificativa é que “em muitos casos os principais riscos da gestão fiscal de uma cidade surgem dos chamados passivos contingentes” (INDICADORES ICES, 2013, p. 179). No Gráfico 19, têm-se os passivos contingentes como porcentagem da receita própria.

**Gráfico 19 - Passivos contingentes como porcentagem da receita própria**



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Legenda:

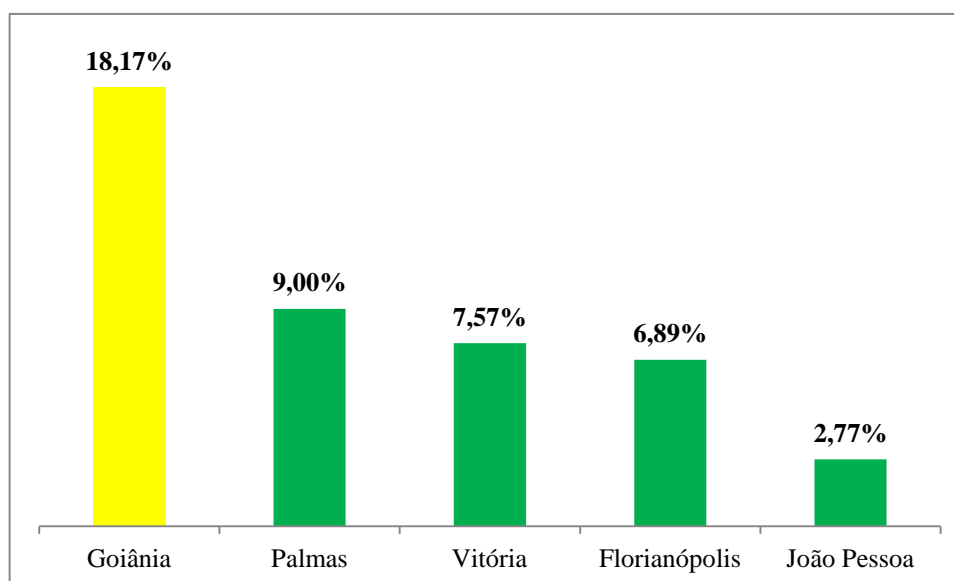
- 1 - > 70%
- 2 - 30%–70%
- 3 - <30%

Para este indicador, apenas Palmas, 20% da amostra, disponibilizou dados: ela está no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho, já que menos de 30% da receita própria são passivos contingentes. Florianópolis, Goiânia, João Pessoa e Vitória, 80% da amostra, não disponibilizaram dados para este indicador.

#### 4.20 Coeficiente do serviço da dívida

Este indicador representa a divisão entre “o coeficiente das despesas com serviço da dívida” pela “receita própria de uma municipalidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 180). A justificativa “é avaliar a sustentabilidade do endividamento vigente de uma cidade” (INDICADORES ICES, 2013, p. 180). No Gráfico 20, tem-se o coeficiente do serviço da dívida.

Gráfico 20 - Coeficiente do serviço da dívida

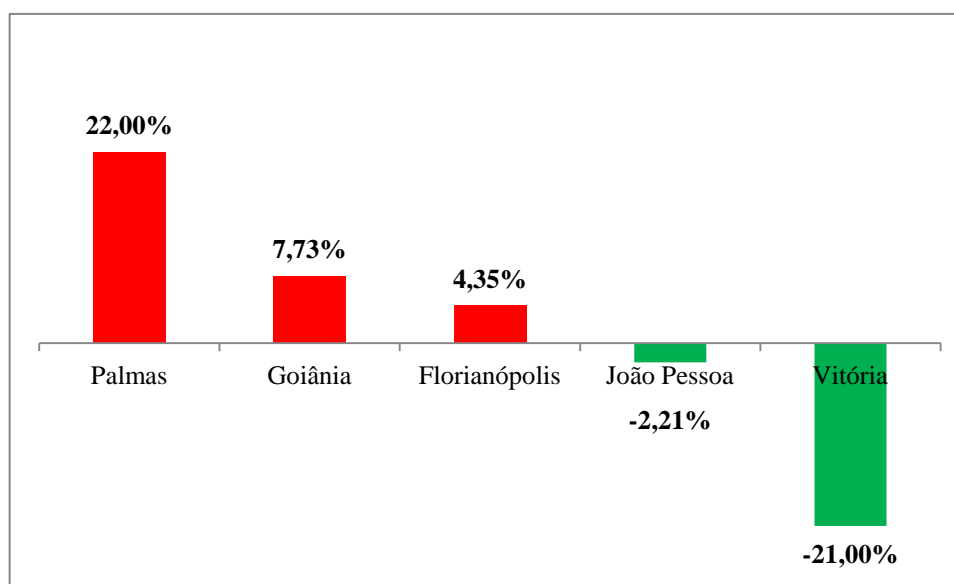


Fonte: dados da pesquisa (2018).

Goiânia, 20% da amostra, encontra-se no amarelo do semáforo, ou seja, desempenho potencialmente problemático, já que possui um coeficiente do serviço da dívida entre 10%-20%. Já Palmas, Vitória, Florianópolis e João Pessoa, 80% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, com coeficientes do serviço da dívida menores 10%.

#### 4.21 Crescimento da dívida

Este indicador representa a “taxa media de crescimento anual da dívida nos últimos três anos” (INDICADORES ICES, 2013, p. 181). A justificativa é que “em muitos casos e necessário não só rever o nível da dívida, mas também analisar a tendência de seu comportamento” (INDICADORES ICES, 2013, p. 181). No Gráfico 21, tem-se o crescimento da dívida.

**Gráfico 21 - Crescimento da dívida**

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Palmas, Goiânia e Florianópolis, 60% da amostra, estão no vermelho do semáforo, ou seja, não sustentáveis, desempenho altamente problemático, já que tem crescimento anual da dívida superior a 2%. Enquanto que João Pessoa e Vitória, 40% da amostra, estão no verde do semáforo, ou seja, sustentáveis, bom desempenho, por terem o crescimento anual da dívida negativo.

#### 4.22 Análise Conjunta

A partir dos 21 indicadores até aqui analisados, foi elaborado o ranking da média do nível de sustentabilidade no escopo fiscal e de governança das 5 cidades participantes da ICES em 2016. Esta média foi calculada conforme descrito na metodologia deste trabalho. A ICES mostra a possibilidade de comparação: “Um conjunto de indicadores claramente estabelecido também permite comparar o desempenho da cidade com o de outras e ao longo do tempo” (Indicadores ICES, 2013). A Tabela 2 mostra o ranking das 5 cidades.

Tabela 2 – Ranking

Cidade	Média do Nível de Sustentabilidade
João Pessoa	2,37
Vitória	2,29
Palmas	2,16
Florianópolis	2,10
Goiânia	2,05

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Mesmo Vitória estando na segunda posição, é importante destacar que esta cidade deixou de divulgar 4 indicadores, enquanto que Florianópolis, por exemplo, que está na quarta posição, deixou de divulgar apenas 1 indicador e teve mais indicadores no verde do semáforo que Vitória.

Também Goiânia teve menos indicadores no vermelho do semáforo se comparado a Florianópolis, porém o excesso de indicadores no amarelo do semáforo para Goiânia fez com que a cidade ficasse uma colocação atrás de Florianópolis, sendo que estas duas cidades deixaram de informar apenas um indicador.

É importante salientar que para o indicador Passivos Contingentes como porcentagem da receita própria, apenas Palmas forneceu um resultado. Também para o indicador Recuperação do Custo da Prestação de Serviços das empresas Municipais, duas cidades deixaram de divulgar resultados. Isso mostra que a falta de divulgação das cidades se dá nos mesmos indicadores. Eckert (2016, p. 113) fala sobre a importância da divulgação e afirma que “a transparência das contas públicas é um tema cada vez mais divulgado e exigido pela própria população, que vai tomando consciência de sua importância”. O autor também enfatiza a importância da qualidade da informação, ou seja, que ela seja de fácil acesso e compreensão.

O indicador de Gastos Correntes como porcentagem do total de gastos chama a atenção, pois quatro das cinco cidades analisadas encontram-se em situação potencialmente problemática e uma cidade já está com desempenho altamente problemático. Tridapalli (2011, p. 430) destaca a importância da boa gestão dos gastos correntes, já que “como não existe mais espaço para aumento da carga tributária, devido à grande resistência da sociedade, a única saída para o poder público aumentar a capacidade de investimento é racionalizar o uso dos gastos correntes”.

Outro indicador que chama a atenção é o de Porcentagem de Contas da Municipalidade que são Auditadas, já que duas cidades encontram-se com desempenho altamente problemático. Como trazido por Costa (2006, p. 202), parecem ser fundamentais a transparência e a auditoria no âmbito do setor público já que “a transparência do processo de prestação de contas e o acréscimo de fiabilidade propiciado pela auditoria são elementos indispensáveis do novo modelo de gestão”.

## 5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o desempenho em termos de sustentabilidade, da dimensão fiscal e de governança, das cidades que compõem a ICES no Brasil. Como objetivos específicos determinou-se contextualizar a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável, com foco na sustentabilidade fiscal e de governança por meio de indicadores de sustentabilidade; coletar e sistematizar os indicadores fiscais e de governança da ICES; e analisar comparativamente os indicadores de cada uma das cinco cidades que compõem a ICES no Brasil.

Para atingir esses objetivos realizou-se a “semaforização” dos indicadores em 3 níveis: verde (sustentável, bom desempenho), amarelo (desempenho potencialmente problemático) e vermelho (não sustentável, desempenho altamente problemático).

Assim, verificou-se que o único indicador que teve 100% de sustentabilidade foi o de Existência de Sistemas de Aquisições Eletrônicos, já que todas as cidades apresentaram-se no verde do semáforo, ou seja, sustentável, bom desempenho. Enquanto que o indicador de Receita Própria como Porcentagem da Receita Total é identificado como o de pior resultado, já que 60% da amostra apresentou-se no vermelho do semáforo, ou seja, insustentável, desempenho altamente problemático.

Em relação ao ranking das cidades, João Pessoa foi a cidade com melhor nível de sustentabilidade, com média de 2,37, apesar de não ter divulgado resultado para dois indicadores. Já Goiânia foi a cidade com pior nível de sustentabilidade, com média de 2,05, sendo que não divulgou o resultado de um indicador. É importante observar que a distância entre as médias do nível de sustentabilidade entre as 5 cidades é muito pequena, ou seja, elas estão, no geral, com desempenho parecido.

Também é importante salientar que algumas cidades deixaram de informar o resultado de alguns indicadores, o que tornou a análise incompleta. Um exemplo disso é no indicador de Passivos contingentes como porcentagem da receita própria, onde apenas a cidade de Palmas forneceu um resultado. Vitória foi a cidade que mais deixou de evidenciar resultados: 4 indicadores não foram identificados, entretanto esta cidade ficou na segunda posição no ranking das cidades.

É fundamental que seja considerado que a falta de divulgação de resultado é uma situação que deve mudar para que se possam realizar análises mais completas e para que se realizem cada vez mais estudos deste tipo, não só para ter consciência dos problemas que são enfrentados pelas cidades, mas também para analisar as mudanças que vêm ocorrendo.

## 5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho utilizou os indicadores de todas as cidades que participam da ICES no Brasil, ou seja, 5 cidades, o que acabou tornando a amostra pequena e restringindo as análises dos resultados.

Outra limitação é o fato de terem sido analisados os indicadores referentes ao ano de 2016 apenas, sendo que os relatórios oferecem os resultados dos indicadores para anos anteriores também.

Não foram considerados fatores inerentes às particularidades individuais de cada cidade analisada, ou seja, apesar das cidades terem sido classificadas levando-se alguns critérios que as tornam semelhantes em alguns sentidos, ainda existem diferenças que influenciam nos resultados dos indicadores e, conseqüentemente, nas análises comparativas.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Para atingir o objetivo principal de analisar o desempenho em termos de sustentabilidade, da dimensão fiscal e de governança, das cidades que compõem a ICES, sugere-se que além do feito neste trabalho, sejam analisadas outras cidades de outros países da ALC, pelo menos nos indicadores em que isso seja viável.

Também, recomenda-se que se analisem os resultados dos indicadores referentes aos anos anteriores e se analise temporalmente, para verificar a evolução das cidades da Iniciativa.



## 6 REFERÊNCIAS

- BAHARUMSHAH, A. Z. Fiscal sustainability in an emerging market economy: When does public debt turn bad? **Journal of Policy Modeling**, v. 39, p. 99-113, 2017.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (org.). **Guia Metodológico: Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis**. 2014.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.) et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade - Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOSSEL, H. Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balaton Group. Winnipeg: IISD, 1999.
- BUSSOLOTTO, L. Governança Sustentável e Pregão Eletrônico. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, n. 27, p. 35-43, 2015.
- CAETANO, V. A.; SILVEIRA, S. F. R.; DRUMOND, A. M. Análise da estratégia de desenvolvimento regional sustentável sob a ótica do desenvolvimento local: estudo de caso do Município de Ervália – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 16-30, 2012.
- CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARVALHO, S. A. A Governança da Sustentabilidade Ambiental Global. **Revista Saberes da Amazônia**, v. 2, n. 4, p. 31 a 54, 2017.
- CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.
- CHACON, S. S. Reflexões sobre a crise ambiental: uma viagem até suas origens e um encontro com as soluções. **Revista Ciências Administrativas**, v. 9, n. 1, p. 66-75, 2003.
- CHAPMAN, J. **State and local fiscal sustainability: the challenges**. Arizona State University, 2008.

COPETTI, C.; LOTTERMANN, O. Em busca da justiça ambiental e do desenvolvimento sustentável na sociedade de risco. **Desenvolvimento em Questão**, v. 8, n. 15, p. 133-152, 2010.

CORREA, S. M. B. B. Probabilidade e estatística. 2ª ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

COSTA, A. F. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 3, n. 5/6, p. 201-225, 2006.

CUNDA, D. **Sustentabilidade fiscal sob a ótica da solidariedade e os direitos sociais em xeque**. Porto Alegre. 2013.

ECKERT, A.; TONIOLLI, T. M.; MECCA, M. S.; BIASIO, R. Relação entre a Qualidade dos Sites das Prefeituras e o Nível de Divulgação da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 3, p. 101-118, 2016.

FURTADO, J. S. Indicadores de sustentabilidade e governança. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, vol. 2, n.1, p. 121-188, 2009.

GAMBOA, U.; SILVA, R. **Nova evidência sobre a sustentabilidade da política fiscal brasileira: cointegração, quebras estruturais e senhoriagem**. São Paulo. 2004.

GOMIDES, J. E. O Surgimento da Expressão “Governance”, Governança e Governança Ambiental – um resgate teórico. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 13, n. 18, p. 177-194, 2009.

GUIMARÃES, S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente e Educação**, v. 8, n. 1, p. 55-71, 2003.

HAMMOND, A. **Environmental Indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.

IORIS, R. A. Segurança alimentar e segurança energética: algumas questões de ecologia política. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 8, p. 356, 2011.

IUCN / UNEP / WWF. **World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development**. Gland, Switzerland & Nairobi, Kenya: International Union for

Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), United Nations Environment Programme (UNEP) & World Wildlife Found (WWF), 1980.

KOHN, R. **Gestão Ambiental**: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de território e de unidades produtivas. Rio de Janeiro: ABES, 1994.

LAZARO, L. L. B.; GREMAUD, A. P. Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 80, p. 53-72, 2017.

LERMA, I. Meio ambiente, relações de trabalho e os desafios da nanotecnologia. In: MARTINS, P.R. (Org.). **Nanotecnologia, sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Xamã, p.110-113, 2006.

LORENZETTI, J. V. Governança ambiental global: atores e cenários. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 721-735, 2012.

LUPORINI, Viviane. **Conceitos de Sustentabilidade Fiscal**. Texto para Discussão UFF/Economia, TD 189. Niteroi, RJ. 2006.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

OLIVEIRA, E. C. Percepção dos Players do Setor Sucroenergético sobre a Influência do Protocolo Agroambiental no Processo de Gestão Ambiental Empresarial: Um Estudo com Gestores do Setor na Mesorregião de Assis-SP. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 110-127, 2016.

PORTNEY, K. E. **Taking sustainable cities seriously**: economic development, the environment and quality of life in American cities. Massachussetts: The MIT Press, 2003.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA). GEO America Latina y El Caribe: Perspectivas del medio ambiente. 2003.

PUPPIM, J. Green economy and governance in cities: assessing good governance in key urban economic processes. **Journal of Clear Production**, v. 58. P. 138-152, 2013.

SACHS, J. **The age of sustainable development**. Columbia University Press: New York, 2015.

SANTOS, J. **A coordenação entre as políticas fiscal e ambiental no Brasil:** a perspectiva dos governos estaduais. Santiago de Chile: Organização das Nações Unidas - Comisión Económica para América Latina – CEPAL. 2004.

SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 3, p. 475-496, 2016.

TRIDAPALLI, J. P. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2011.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P. C.; RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. In: NIEDERLE, P. A. ; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade:** A Legitimação de um Novo Valor. São Paulo: Senac, 2010.

WEISS, J. S. O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.